



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 682498 - SC (2021/0233569-6)

**RELATOR** : **MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR**  
**IMPETRANTE** : EVANDRO CARLOS DOS SANTOS E OUTRO  
**ADVOGADOS** : EVANDRO CARLOS DOS SANTOS - SC013747  
DANIELA RECH - SC036478  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA  
**PACIENTE** : ROBENS RECH  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA

### DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de ROBENS RECH em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA (Apelação Criminal n. 0000332-80.2015.8.24.0071).

O paciente foi condenado à pena de 1 ano e 4 meses de reclusão, e 4 meses de detenção, em regime aberto, substituída por duas penas restritivas de direitos, pela prática dos delitos previstos no art. 359-C, do Código Penal e no art. 1º, inciso V, parte final, do Decreto-Lei n. 201/1967. Foi também decretada a perda de eventual cargo público e a inabilitação para o exercício de cargo ou função pública pelo prazo de 5 anos, nos termos do art. 1º, § 2º, do Decreto-Lei n. 201/1967.

O Tribunal de origem deu parcial provimento à apelação defensiva para declarar extinta a punibilidade no que diz respeito ao delito do art. 1º, V, do Decreto-Lei n. 201/1967, reduzir para 1 ano de reclusão a sanção imposta pelo cometimento do delito do art. 359-C do CP e afastar a pena de inabilitação por 5 anos decorrente do disposto no art. 1º, § 2º, do Decreto-Lei n. 201/1967, mantida a perda de eventual cargo público e a inelegibilidade pelo prazo de 8 anos após o cumprimento da reprimenda imposta.

Opostos embargos de declaração, foram parcialmente acolhidos para afastar dos termos da condenação a pena de prestação pecuniária.

Nesta via, os impetrantes desafiam, em suma, a dosimetria e pleiteiam a substituição da pena restritiva de direito por multa.

Afirmam ser possível a utilização do *habeas corpus* como substituto de revisão criminal.

Requerem, liminarmente, a suspensão do início do cumprimento da pena restritiva de direito. No mérito, pugnam pelo redimensionamento da pena e pela substituição da sanção restritiva de direito por multa.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Extrai-se do voto do relator (e-STJ fls. 94/97):

*"6. Quanto à reprimenda, postula o Apelante Robens Rech pelo afastamento da má valoração dos antecedentes criminais, sob o argumento de que a pena imposta na condenação pretérita fora extinta há*

*mais de uma década antes da prática do novo delito. Neste ponto, razão lhe assiste.*

*O apenamento referente à condenação anterior (pela prática do delito previsto no art. 297 do Código Penal) foi extinto em 8.8.03, por conta de indulto concedido em 15.12.00 (vide certidão da fl. 547). Não se compreende a discrepância entre as duas datas, mas, considerando os efeitos do indulto (CP, art. 107, II) e levando-se em conta que o instituto é concedido mediante o atendimento dos requisitos no dia de natal, supõe-se que a extinção da pena remonta a fato ocorrido ainda em 1999.*

*Os fatos apurados neste processo, por sua vez, foram cometidos em 2012. Há quase treze anos separando a nova prática delitiva da extinção da pena referente ao delito pretérito.*

*Esta Corte não permite a utilização de condenação com pena extinta há mais de uma década antes do novo fato para incrementar a reprimenda por conta dos maus antecedentes:*

*[...]*

*Afasta-se, pois, a exasperação por conta dos maus antecedentes. A pena-base, por conta disso, é reduzida para 1 ano e 2 meses de reclusão, pois o incremento atinente à personalidade não foi alvo de impugnação pelo Recorrente.*

*7. Na etapa intermediária, é devida a incidência da atenuante da confissão espontânea.*

*Como dito no item "6", Robens Rech, quando interrogado, implicou-se nas decisões tomadas durante sua administração como Chefe do Poder Executivo do Município de Tangará. Não se tratou de uma confissão ampla e irrestrita, e ele também não perdeu a oportunidade para suscitar teses de defesa (como a de que havia saldo disponível em caixa ao final de 2012). Ainda assim, é inegável que suas palavras pesaram em seu desfavor.*

*Considerando que, "quando a confissão for utilizada para a formação do convencimento do julgador, o réu fará jus à atenuante prevista no artigo 65, III, d, do Código Penal" (STJ, Súmula 545), e uma vez que parte do interrogatório foi efetivamente transcrita neste voto, é inevitável o reconhecimento da circunstância legal de redução de pena.*

*A sanção intermediária, por conta disso, é novamente conduzida ao menor patamar legalmente possível, ou seja, 1 ano de reclusão. E é neste montante que ela se torna definitiva, dada a inexistência de causas de aumento ou diminuição.*

*8. A exclusão da pena de perda de cargo público e inabilitação por um quinquênio demandam maior digressão.*

*Tais providências foram determinadas na sentença resistida "com fulcro no § 2º do art. 1º do Decreto-Lei 201/67" (fl. 584). Tal norma dispõe que "a condenação definitiva em qualquer dos crimes*

*definidos neste artigo, acarreta a perda de cargo e a inabilitação, pelo prazo de cinco anos, para o exercício de cargo ou função pública, eletivo ou de nomeação".*

*Como foi reconhecida a prescrição da pretensão punitiva estatal no que diz respeito ao delito positivado no art. 1º, V, do Decreto-Lei 201/67, é inviável a imposição desta modalidade de apenamento sob tal fundamento [...]*

*9. Por outro lado, dispõe o art. 92, I, "a", do Código Penal:*

*[...]*

*O quantum da pena (1 ano de reclusão) e o fato de se tratar de delito cometido contra a administração pública, em violação expressa à norma de conduta presente no art. 42 da Lei Complementar 101/00, tornam possível a decretação de perda de eventual cargo público ocupado pelo Apelante. Pois é inconcebível que a desobediência a uma vedação da Lei de Responsabilidade Fiscal não equivalha a "violação de dever para com a Administração Pública".*

*Remanesce em vigor, pois, a determinação de perda de eventual cargo público ocupado pelo Recorrente Robens Rech.*

*10. Também deve subsistir a inabilitação por 8 anos decorrente do disposto na Lei Complementar 64/90, art. 1º, I, "e", 1.*

*[...]*

*Ante o exposto, vota-se pelo conhecimento do recurso e por seu parcial provimento, a fim de declarar extinta a punibilidade de Robens Rech no que diz respeito à acusação da prática do delito previsto no art. 1º, V, do Decreto-Lei 201/67 ("fato 2" descrito na denúncia); reduzir para 1 ano de reclusão a pena imposta ao Apelante pelo cometimento do crime positivado no art. 359-C do Código Penal; e afastar a pena de inabilitação por cinco anos decorrente do disposto no art. 1º, § 2º, do Decreto-Lei 201/67, mantida a perda de eventual cargo público ocupado pelo Recorrente e a inelegibilidade pelo prazo de 8 anos após o cumprimento da reprimenda imposta neste processo."*

No julgamento dos embargos de declaração opostos, foi consignado (e-STJ fls. 158/159):

*"2. Há omissão, porém, no que diz respeito às penas restritivas de direitos.*

*Com a redução da pena para 1 ano de reclusão, é inviável a subsistência das duas penas substitutivas impostas na sentença (por força do disposto no art. 44, § 2º, do Código Penal). A sanção de prestação pecuniária, portanto, deve ser afastada, remanescendo apenas a de prestação de serviços à comunidade.*

*Deixa-se de determinar a incidência apenas da reprimenda de multa (apesar do requerimento na fl. 8 do dependente/50000) porque não houve impugnação, no apelo, acerca dos termos da substituição (de modo que é extemporânea a postulação por sua modificação neste momento), e porque a pena pecuniária, exclusivamente, não basta para atender as finalidades do art.59 do Código Penal.*

*Ante o exposto, vota-se pelo parcial acolhimento dos embargos, a fim de sanar omissão nos termos do julgado, e afastar dos termos da condenação a pena de prestação pecuniária."*

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ressalte-se, ademais, que *"por se tratar de questão afeta a certa discricionariedade do magistrado, a dosimetria da pena é passível de revisão em habeas corpus apenas em hipóteses excepcionais, quando ficar evidenciada flagrante ilegalidade, constatada de plano, sem a necessidade de maior aprofundamento no acervo fático-probatório"* (AgRg no HC 605.864/SP, relator Ministro Antonio Saldanha Palheiro, Sexta Turma, DJe de 3/11/2020).

Em arremate, a apontada utilização do writ como substituto de revisão criminal torna o pleito de liminar em plantão, em tese, inadequado.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de julho de 2021.

MINISTRO JORGE MUSSI  
Vice-Presidente, no exercício da Presidência